



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL**

31 de dezembro de 2017 e 2016
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

I. Relatório da Administração	4
II. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	6
III. Parecer do Conselho Fiscal	9
IV. Demonstrações Financeiras	10
Balanço Patrimonial	10
Demonstrações dos Resultados	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	15
Orçamento 2018	25

I. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A consolidação do alto nível de desempenho

Por meio destas Demonstrações Financeiras, a CBF apresenta os resultados das suas operações referentes ao ano fiscal de 2017.

É importante ressaltar que estas Demonstrações Financeiras foram auditadas por auditores independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que as aprovaram sem qualquer ressalva.

A Administração da Entidade reforça a sua orientação para a transparência, divulgando sua posição patrimonial e resultado financeiro de forma detalhada, com notas explicativas objetivas e claras, bem como divulgadas de forma ampla e transparente no site da CBF.

Entre 2010 e 2017 o ativo total da CBF aumentou em 287%, um incremento de R\$ 656,538 milhões em 7 anos, decorrente de um aumento médio consistente de 20% ao ano. Este é um número expressivo frente a uma inflação de aproximadamente 63% do período.

A Receita Total da CBF ficou na casa dos R\$ 590,217 milhões, tendo como principais fontes de receitas: Patrocínios, Direitos de Transmissão e Bilheteria dos jogos da Seleção. Comparada com a receita total de 2016, houve uma redução de 9%, decorrente da baixa cotação das moedas estrangeiras, tendo em vista que de acordo com as regras contábeis, patrocínios são provisionados para o exercício corrente de acordo com a cotação do primeiro dia útil do ano.

A Despesa total da Entidade também apresentou diminuição frente ao ano anterior, chegando ao valor de R\$ 539,512 milhões, representando uma queda de 11%. Isto proporcionou um resultado do exercício de R\$ 50,704 milhões (aumento de 16% comparado ao resultado de 2016) e demonstra a consolidação do alto nível de desempenho, que a Administração da CBF vem empregando em sua gestão nos últimos anos. E os resultados em campo refletiram esse movimento em 2017, com a manutenção dos bons resultados obtidos pela Seleção Principal Masculina, que foi a primeira seleção do mundo a ser classificada para a Copa do Mundo de FIFA 2018, fechando o ano invicta e líder absoluta nas Eliminatórias Sul-Americanas.

Em 2017, foi possível ampliar o percentual de investimentos diretamente aplicados no futebol brasileiro de 60% para 61%, chegando ao valor total de R\$ 281,709 milhões. Ao adicionarmos os investimentos indiretos calculados sobre os serviços dos departamentos de suporte para o desenvolvimento das atividades precípuas (departamento de seleções, competições, registro e transferência e comissão de arbitragem), atingimos o percentual aproximado de 84% do total das despesas gerais para o fomento do futebol.

Em 2017, podemos ressaltar a atuação da CBF, que conduziu o processo de negociação com a emissora detentora dos direitos televisivos da Copa do Brasil. Desta forma, foi possível aumentar expressivamente os valores das participações e prêmios dessa competição que é a mais democrática do país. Somando o valor das cotas de todas as fases com o prêmio pelo título, o campeão poderá faturar até R\$ 67,300 milhões, o que representa um aumento de 425,78% frente prêmio recebido pelo campeão em 2017.

Também foi estabelecida a Diretoria de Governança e Conformidade, responsável pela estrutura de controle frente aos riscos da Entidade e pela manutenção do ambiente de conformidade e melhores práticas de governança corporativa em suas operações.

O Programa de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade (GRC) da CBF, cujo status de implantação subiu de 46% para 83% em 2017, foi base para a implantação do Sistema de Integridade da Entidade, aprovado pela Assembleia geral de abril/17. Este culminou na elaboração do Código de Ética e Conduta do Futebol Brasileiro, na implantação do Canal de Ética e da Comissão de Ética.

Com a consolidação de sua estrutura de governança e conformidade, assim como a boa performance de gestão das demais diretorias a CBF obteve a liberação das verbas da FIFA e da CONMEBOL, tais como as do programa FIFA Forward e do programa Evolución – CONMEBOL.

Seguindo o seu compromisso com o aumento da performance, modernidade e ética, a Administração da CBF pretende continuar a buscar o crescimento sólido e sustentável de suas operações, de maneira a obter resultados ainda melhores em 2018.

II. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ADV-R-003/2018

À
Diretoria da
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL
Rio de Janeiro / RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Brasileira de Futebol, (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Futebol em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Confederação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Confederação Brasileira de Futebol (“Entidade”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 27 de janeiro de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Confederação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2018

ADVANCE Auditores Independentes SS

CRC/RJ 007.276/O-0

Registro CVM 1266

Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff

Contador CRC/RJ 028.998/O

Registro CNAI 209

Sócio Responsável

III. PARECER DO CONSELHO FISCAL



Ilmos. Srs. Membros da Assembleia Geral da

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

O Conselho Fiscal da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, no desempenho de suas competências legais e estatutárias, examinou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Este conselho reuniu-se regularmente durante o ano-calendário de 2017 e examinou os balancetes e documentos da Entidade, comprovando a lisura e autenticidade de sua escrituração contábil.

Com base nas análises procedidas, bem como no parecer dos auditores independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2017, estão em condições adequadas de serem encaminhadas à Assembleia Geral para a devida aprovação.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

Antônio Carlos de Oliveira Coelho
Coordenador

Arthur Carlos Briquet Junior
Membro Efetivo

Mauro de Moraes
Membro Efetivo

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2017 e 2016

(expresso em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Circulante			
Caixa, Bancos e Equivalentes de Caixa	3	360.879	245.343
Contas a Receber	4	109.135	116.107
Adiantamentos a Fornecedores		13.306	5.317
Impostos a Recuperar	5	392	25.590
Total do Circulante		483.712	392.356
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais	6	175.224	137.436
Contas a Receber	4	19.555	19.555
Total do Realizável a Longo Prazo		194.779	156.991
Permanente			
Imobilizado Líquido	7	205.886	214.895
Intangível Líquido	8	867	599
Total do Permanente		206.753	215.494
Total do Ativo Não Circulante		401.532	372.485
Total do Ativo		885.244	764.842

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2017 e 2016

(expresso em milhares de reais)

Passivo	Notas	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		12.377	15.773
Obrigações Trabalhistas, Fiscais e Previdência	9	10.226	10.147
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.107	29.233
Provisão para Férias e Encargos		2.635	1.747
Receitas Diferidas	10	27.426	22.191
Outras Exigibilidades		111	36
Total do Circulante		53.882	79.126
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Receitas Diferidas	10	71.224	255
Provisão para Contingências	11	166.380	142.406
Total do Exigível a Longo Prazo		237.604	142.661
Patrimônio Social			
Superávit acumulados		543.054	499.333
Superávit do Exercício	15	50.704	43.721
Total do Patrimônio Social Líquido		593.758	543.054
Total do Passivo		885.244	764.842

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(expresso em milhares de reais)

Receita Bruta	Notas	2017	2016
Patrocínios	12a	353.379	410.988
Direito de Transmissão e Comerciais	12b	95.888	117.264
Bilheteria e Premiações das Seleções	12c	56.748	43.342
Taxas de Inscrição		13.346	12.906
Licenças e Transferências		2.420	2.266
Eventuais		22.691	10.912
Total das Receitas		544.472	597.678
Deduções da Receita		(32.831)	(34.558)
Total da Receita Líquida		511.641	563.120
Custos com o Futebol			
Seleção Principal	13a	(95.582)	(98.575)
Seleções de Base e Femininas	13a	(27.352)	(48.696)
Contribuição ao fomento do futebol nos Estados e Competições	13b	(158.775)	(140.901)
Total dos Custos com o Futebol		(281.709)	(288.172)
Superávit Bruto		229.932	274.948
Despesas Operacionais			
Com Pessoal		(61.137)	(55.636)
Administrativas	14	(118.880)	(119.171)
Impostos e Taxas		(3.549)	(17.233)
Total de Despesas Operacionais		(183.566)	(192.040)
Resultados Financeiros Líquidos			
Despesas Financeiras		(9.407)	(20.998)
Receitas Financeiras		43.428	49.294
Variação Cambial		2.316	(39.022)
Total do Resultado Financeiro		36.337	(10.726)
Outras Receitas e Despesas Não Operacionais		-	(178)
Resultado Antes da Apuração dos Impostos		82.703	72.004
Imposto de Renda e Contribuição Social		(31.999)	(28.283)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		50.704	43.721

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Superávits Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2015		499.332	499.332
Resultado do exercício		43.721	43.721
Saldo em 31/12/2016		543.054	543.054
Resultado do exercício		50.704	50.704
Saldo em 31/12/2017		593.758	593.758

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(expresso em milhares de reais)

	2017	2016
I) Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício antes do Imposto de Renda/Contribuição Social	50.704	72.004
Ajustes para conciliar o resultado	38.850	147.467
Geradas pelas atividades operacionais		
Provisões contingentes	23.974	132.308
Perda realizada no período	-	178
Demais provisões	888	443
Depreciação	13.988	14.538
Lucro Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro	89.554	219.471
Variações no Ativo (aumento) Redução:	(13.607)	(108.885)
Contas a Receber	6.972	(8.713)
Adiantamento a Fornecedores	(7.989)	(2.520)
Impostos a Recuperar	25.198	8.349
Depósitos Judiciais	(37.788)	(106.001)
Outros Ativos	-	-
Variações no Passivo Aumento (redução):	44.836	(62.555)
Fornecedores	(3.396)	9.807
Tributos e Encargos Sociais	(28.047)	(64.828)
Adiantamentos de Direitos de Transmissão e Patrocínio	5.235	(3.852)
Receitas Diferidas	70.969	(3.433)
Outras Exigibilidades	75	(249)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(28.283)
II) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	120.782	19.748
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Compra de Imobilizado	(5.609)	(1.628)
Baixa de Imobilizado	362	33
III) Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(5.247)	(1.596)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	115.536	18.152
No Início do Período	245.343	227.191
No Final do Período	360.879	245.343

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL-CBF é uma associação de direito privado, de caráter desportivo, dirigente do futebol brasileiro, filiada à FIFA e a CONMEBOL.

A CBF, amparada no inciso I do art.217 da Constituição Federal e nos termos da legislação desportiva federal, goza de peculiar autonomia quanto à sua organização e funcionamento, não estando sujeita a ingerência ou interferência estatal, a teor do disposto nos incisos XVII e XVIII do art.5º da Constituição Federal.

A CBF, compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes, não exerce qualquer função delegada do Poder Público nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública, a teor do disposto no art.82 da Lei nº 9615/98.

As atividades da CBF têm caráter privado, equiparadas a atividade econômica e são financiadas exclusivamente por seus próprios recursos, sem qualquer aporte de recursos públicos de qualquer espécie, seja direta ou indiretamente. A CBF não é beneficiada, nem contemplada com subvenções, exonerações fiscais, patrocínios de empresas públicas, assim como também não recebe repasses de recursos públicos federais, estaduais ou municipais da administração, direta ou indireta, ou seja, a CBF suporta todos os seus gastos e despesas, com seus próprios meios, sem ajuda, benefício ou colaboração de dinheiro público.

Principais Objetivos:

- Administrar, fomentar, difundir, incentivar, aperfeiçoar e fiscalizar a prática formal de futebol não profissional e profissional, em todo o território nacional;
- Coordenar a realização de competições de futebol association, em qualquer de suas formas, no âmbito nacional, com a participação de representantes estrangeiros, regionais ou de entidades de prática de futebol filiadas às entidades estaduais de administração da modalidade;
- Manter a ordem desportiva no âmbito do futebol e velar pela disciplina da prática do futebol nas entidades estaduais de administração e entidades de prática do futebol;
- Regulamentar as disposições legais relativas aos atletas não profissionais e profissionais, bem como de quaisquer outras carreiras ou profissões, dispondo, no exercício de sua autonomia, sobre inscrições, registro, inclusive de contrato de trabalho ou prestação de serviço, transferências, remoções e reversões, cessões temporárias ou definitivas;
- Decidir, com exclusividade, sobre a organização, promoção, regulamentação, qualificação de acesso, operação e quaisquer atividades relacionadas às competições interestaduais, regionais ou nacionais de futebol, sejam oficiais ou amistosas empreendidas pelas entidades estaduais de administração, de prática do futebol ou pelas ligas, porventura reconhecidas, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites, sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional, sendo esta atribuição intransferível, em parte ou na totalidade;
- Representar o futebol brasileiro em qualquer atividade de cunho internacional, ressalvada a competência atribuída, nos limites da legislação desportiva, ao Comitê Olímpico Brasileiro, com atribuições de celebrar convênios e acordos, assim como orientar, coordenar e fiscalizar as atividades das entidades estaduais de administração e das entidades de prática do futebol, em âmbito internacional;

- Praticar, no exercício da direção nacional do futebol, todos os atos necessários à realização de seus fins, podendo, entre outras atividades, através da CBF Social, empreender esforços no sentido da integração da CBF e das demais entidades vinculadas ao futebol, com os diversos meios sociais do País e do exterior, de modo a contribuir para a conscientização pública da importância dessa modalidade desportiva e criar condições favoráveis a seu constante desenvolvimento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Confederação Brasileira de Futebol para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 serão aprovadas pela Administração quando da realização de sua Assembleia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as disposições contidas na legislação societária (Lei n.º 9615/98 – artigo 46-A).

As políticas contábeis significativas adotadas pela Entidade estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$) que é a moeda funcional da Entidade.

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas como despesa ou receita financeira no resultado.

2.2. Reconhecimento de receitas, despesas e custos

As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço.

2.4. Instrumentos financeiros

A CBF classifica os ativos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros da CBF incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros saldos a receber.

A CBF não efetuou transações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

2.5. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou exigíveis dentro do período dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes

que serão liquidados, considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais, apropriadas de acordo com as condições contratuais.

2.6. Imobilizado

O ativo imobilizado da CBF é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

Conforme a Lei 9.532 de dezembro de 1997, desde 1998 a CBF passou a ser tributada com base no Lucro Real. A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Uma vez que a Administração optou por não registrar créditos tributários, a despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício foi impactada por adições de despesas temporariamente indutíveis, para as quais não foram reconhecidos os respectivos créditos tributários.

Apesar de se manter com os seus próprios recursos, não se utilizando de quaisquer recursos públicos ao longo do exercício de 2017, a Confederação Brasileira de Futebol recolheu aos cofres públicos o expressivo montante de R\$ 31.999 (Trinta e um milhões, novecentos e noventa e nove mil), referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL).

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Administração espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A CBF é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, determinação do valor recuperável de ativos, registro de provisões, valor justo dos instrumentos financeiros, dentre outros. O uso de estimativas e julgamentos é

complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Administração revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e Bancos	7.344	4.389
Aplicações financeiras	353.535	240.954
	360.879	245.343

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos de natureza conservadora e certificados de depósitos bancários (CDB's), emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que registram o montante dos recursos destinados à remuneração financeira do capital em disponibilidade, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, deduzidos, quando o caso, das provisões e retenções.

4. Contas a receber

Curto Prazo	2017	2016
Patrocinadores	21.775	44.745
Filiados especiais	43.622	44.020
Federações estaduais	3.242	2.970
Direito de transmissão	31.822	16.825
Rendas e Premiações	8.144	6.879
Outras Contas a Receber	530	668
	109.135	116.107

Longo Prazo	2017	2016
Patrocinadores	19.555	19.555

5. Impostos a recuperar

	2017	2016
IRRF S/ Aplicações Financeiras	-	7.773
IRPJ	2	10.897
CSLL	-	6.748
IRF – Pedido de restituição	370	157
INSS a recuperar	20	15
	392	25.590

6. Depósitos judiciais

	2017	2016
Depósitos Cíveis		
Coca Cola Indústria Ltda. (a)	21.945	21.945
HB Cavalcanti e Mazzillo Adv. (b)	1.149	1.149
	23.094	23.094
Depósitos Judiciais		
Secretaria Receita Federal (c)	439	572
Secretaria Receita Federal (d)	7.918	4.173
Secretaria Receita Federal (e)	137.107	106.910
	145.464	111.655
Outros Depósitos		
CEF e outros	6.666	2.687
	6.666	2.687
	175.224	137.436

- (a) Os depósitos realizados no montante de R\$ 21.945 milhões referem-se ao processo nº 2001001912576-B, penhora feita para garantir o pagamento da multa em virtude do rompimento unilateral de contrato firmado com a Coca-Cola Indústria Ltda. Diante da probabilidade de perda provável a entidade registrou provisão passiva no valor de R\$ 8.237 mil, de acordo com a orientação de seus consultores jurídicos.
- (b) Os depósitos realizados no montante de R\$ 1.149 milhões referem-se aos honorários de sucumbência que a CBF foi condenada a pagar aos advogados da Coca-Cola, no processo nº 2001001912576-C.
- (c) Saldo credor no valor de R\$ 439 mil, já reconhecido pela Procuradoria Geral da Fazenda e pelo DEMAC, com o direito de utilizar o crédito.
- (d) Depósito judicial do processo nº. 2009.51.01.004605-8 no valor original de R\$ 4.173 milhões, devidamente atualizado pela selic acumulada totalizando o valor de R\$ 7.919 milhões, para suspensão da exigibilidade do IPI supostamente incidente na importação da aeronave;
- (e) O depósito judicial do montante de R\$ 137.107 milhões junto a Receita Federal do Brasil refere-se a COFINS conforme os autos dos processos administrativo nºs 16682.722463/2015-29, 16682.721345/2016-84 e 16682.721695/2016-41.

7. Imobilizado

	Taxa de Depreciação	2017	2016
Bens Reavaliados			
Terrenos	-	1.255	1.255
Imóveis	4%	4.519	4.519
Instalações	10%	879	879
Máquinas e equipamentos	10%	578	578
Móveis e utensílios	10%	1.436	1.436
Computadores e periféricos	20%	47	47
(-) Depreciação		(5.264)	(5.084)
		3.450	3.630
Bens Não Reavaliados			
Terrenos	-	26.843	26.843
Terreno Sede	-	39.140	39.140
Terrenos Legado	-	5.799	5.799
Instalações	10%	5.069	4.896
Móveis e utensílios	10%	5.647	5.386
Veículos	20%	2.540	2.282
Máquinas e acessórios	10%	6.289	5.704
Aparelhos de comunicação	10%	336	627
Computadores e periféricos	20%	3.710	3.234
Aeronaves	10%	60.404	60.404
Edificação-Sede	4%	93.549	93.549
Edificação-Granja Comary	4%	32.976	32.976
Edificação-Sede STJD	4%	2.929	-
Acervo – conteúdo histórico	-	41	38
Construções em andamento	-	563	-
(-) Depreciação	-	(83.399)	(69.613)
		202.436	211.265
		205.886	214.895

8. Intangível

	Taxa de Depreciação	2017	2016
Bens Não Reavaliados			
Softwares	20%	5.219	4.930
(-) Amortização		(4.352)	(4.331)
		867	599

9. Tributos e encargos sociais

	2017	2016
INSS a recolher	3.606	3.407
IRRF	3.272	3.132
COFINS a recolher	2.049	2.262
PIS a recolher	11	88
PIS, COFINS e CSLL retido	96	93
ISS retido a recolher	69	99
FGTS a recolher	853	796
Outros	270	270
	10.226	10.147

10. Receitas diferidas

	2017	2016
Curto Prazo	27.426	22.191
Longo Prazo	71.224	255
	98.650	22.446

Representam receitas futuras, em consonância com o regime de competência, que serão realizadas em exercícios subsequentes.

11. Provisão para contingências

	2017	2016
Depósitos Judiciais		
Ações Trabalhistas	6.090	6.090
Coca Cola Indústria Ltda. (a)	8.237	8.237
COFINS	141.781	109.701
	156.108	124.028
Outros Depósitos		
Outros	260	239
	260	239
Contingências Fiscais		
INSS	10.012	12.019
COFINS	-	6.120
	10.012	18.139
	166.380	142.406

A CBF está envolvida em ações judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os depósitos judiciais somente são liberados em caso de decisão favorável às contrapartes. Com base no parecer de seus consultores jurídicos internos e externos, a Administração constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir.

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Administração constituiu provisão para contingências no montante de R\$ 8.237 milhões, referente ao processo nº 2001001912576-B em que a CBF questiona judicialmente multa em virtude do rompimento unilateral de contrato firmado com a Coca-Cola Indústria Ltda.

12. Receita Bruta

Receita Bruta	2017	2016
Patrocínios (a)	353.379	410.988
Direito de Transmissão e Comerciais (b)	95.888	117.264
Bilheteria e Premiações das Seleções (c)	56.748	43.342
Taxas de Inscrição	13.346	12.906
Licenças e Transferências	2.420	2.266
Eventuais	22.691	10.912
Total das Receitas	544.472	597.678

- (a) Os contratos de patrocínios são provenientes, substancialmente, da Seleção Brasileira representando 96% do total auferido. Tais contratos são oriundos de empresas privadas, os quais são corrigidos anualmente pelos índices inflacionários previamente estabelecidos. Os contratos em moedas estrangeiras são registrados utilizando a taxa de câmbio do primeiro dia útil de janeiro.
- (b) Essa rubrica é representada pelos direitos comerciais e televisivos das partidas da seleção brasileira, assim como das competições promovidas pela CBF.
- (c) Valores auferidos pela participação da seleção brasileira, em partidas validas pelas Eliminatórias da Copa do Mundo 2018 e amistosos.

13a. Custos com Seleções:

Consistem em dispêndios pagos pela CBF relativos á comissão técnica, delegações, passagens, alimentação, hospedagens e demais itens necessários para a operação e desenvolvimento das Seleções, nas competições e amistosos de preparação realizados ao longo do ano, além dos custos de manutenção da Granja Comary. A CBF mantém atualmente um total de 10 Seleções: Seleções Masculinas e Seleções Femininas (Principal, Sub 23, Sub 21, Sub 15, Sub 13).

13b. Contribuição ao fomento do futebol nos Estados e nas competições

	2017	2016
Projetos de Desenvolvimento, Órgãos e departamentos de Apoio	38.970	30.756
CETRHEN - Granja Comary	8.541	6.585
Projetos – Legado	-	3.328
Contribuição ao fomento do futebol nos Estados	26.325	26.325
	73.836	66.994
	2017	2016
Campeonato Brasileiro - Série A	2.733	3.846
Campeonato Brasileiro - Série B	9.754	5.004
Campeonato Brasileiro - Série C	26.963	25.163
Campeonato Brasileiro - Série D	35.094	33.279
Copa do Brasil – Masculino	1.222	178
Copa do Brasil – Feminino	-	3.792
Copa do Nordeste	755	1.001
Brasileiro Feminino	6.079	-
Copa Verde	1.227	459
Outras competições	1.112	1.185
	84.939	73.907
Total – Contribuição ao fomento do futebol nos Estados e nas competições	158.775	140.901

Os valores contabilizados como contribuição ao fomento do futebol nos Estados e nas competições são divididos em dois grupos:

- (a) O primeiro grupo são custos relativos às contribuições ao fomento do futebol nos Estados que consiste no repasse às Federações para custeios operacionais, visando o fomento do desenvolvimento do Futebol Regional, em consonância com o artigo 12º do Estatuto da CBF.
- (b) O segundo grupo, são custos relativos aos gastos com Competições, dos quais são compostos, de forma substancial, por dispêndios com arbitragem, exames anti-doping, transportes aéreos e terrestres e hospedagens das competições promovidas pela CBF.

14. Despesas administrativas

	2017	2016
Gerais e Administrativas (a)	46.404	53.461
Serviços de Pessoa Jurídica / Terceiros (b)	35.455	32.516
Serviços de Marketing e Ativações (c)	37.021	33.194
	118.880	119.171

As despesas administrativas são compostas pelos seguintes grupos:

- (a) Gerais e Administrativas – Correspondem as despesas gerais referentes á administração predial, utilidades, serviços gerais das áreas de apoio;
- (b) Serviços profissionais PJ / terceiros – Correspondem as despesas referentes aos serviços profissionais, tais como: assessoria contábil, auditorias, consultorias, taxas e serviços advocatícios, serviços de tecnologia da informação, além de outros prestadores de serviços especializados.
- (c) Marketing e ativações – Corresponde majoritariamente por despesas de ativação, operação, intermediação e despesas gerais referentes ás atividades de marketing e publicidade de seleções e competições;

16. Do Resultado do Período

No exercício de 2017, a CBF obteve superávit de R\$ 50.704 (cinquenta milhões e setecentos e quatro mil), mantendo reservas financeiras que alcançam o somatório de R\$ 360.879 (trezentos e sessenta milhões e oitocentos e setenta e nove mil).

Antonio Carlos Nunes de Lima
Presidente em Exercício

Rogério Langanke Caboclo
Diretor Executivo de Gestão

Gilnei Botrel
Diretor Financeiro

Exame Assessoria Contábil
Rodney Monteiro Meles
Contador – CRC 132.178/0-5

Orçamento 2018



